

FERNANDA ROLLO - *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda norte-americana (1947-1952)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, 355 p.

Ao tomar a iniciativa de publicar (com o apoio do Instituto Camões e do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, no âmbito da Colecção "Histórias de Portugal") uma monografia resultante da adaptação do texto da dissertação apresentada por Fernanda Rollo no final de um Curso de Mestrado assegurado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a Editorial Estampa ajuda a demonstrar dois aspectos relevantes.

Em primeiro lugar a importância de no nosso país se assegurar, tão exaustivamente quanto possível, a efectiva divulgação - e consequente rentabilização social - dos resultados da investigação realizada dentro e fora das instituições de ensino superior (neste caso, da investigação em história recente de Portugal, em ciências sociais e humanas).

Em segundo lugar, a existência de condições (públicos potenciais, qualidade da investigação produzida, necessidade de promoção do desenvolvimento, etc.) que garantem (pelo menos) uma viabilidade mínima a este tipo de iniciativas editoriais, desde que as "entidades responsáveis" (organismos do estado, instituições de ensino e investigação, empresas, fundações, etc.) demonstrem a "vontade política" necessária à sua concretização.

Em *Portugal e o Plano Marshall*, Fernanda Rollo analisa a forma como o Governo do Estado Novo se relacionou, sobretudo nos planos político-diplomático e da definição das grandes linhas orientadoras da economia portuguesa, com a principal iniciativa de consolidação e reconstrução da Europa Ocidental (da economia-mundo capitalista) dinamizada, sob a liderança dos EUA, no pós-Segunda Guerra Mundial (entre 1947 e 1952).

Contribui, assim, na esteira de projectos de investigação já

concretizados, entre outros, por Fernando Rosas, António José Telo, César Oliveira, José Maria Brandão de Brito e José Medeiros Ferreira, para a redução do (ainda enorme) défice de conhecimentos sobre a história recente de Portugal - mais concretamente, sobre a evolução do nosso país no imediato pós-Segunda Grande Guerra (em si e no que diz respeito à sua integração na Europa e no mundo; enquanto país e na qual idade de "metrópole" que tutela um conjunto relativamente amplo de "populações indígenas" e de "territórios coloniais").

Ao abordar apenas superficialmente e ao remeter para outros projectos de investigação temáticas como a do posicionamento dos diversos vectores da sociedade portuguesa perante o Plano Marshall, as vicissitudes e consequências concretas da aplicação do mesmo em Portugal, a avaliação do grau de eficácia da intervenção do Estado e das empresas no que diz respeito à potenciação dos "aspectos benéficos" e à redução dos "efeitos secundários" do Plano Marshall e dos outros mecanismos de "coordenação económica intra-europeia" então criados, a autora concentra a sua atenção no estudo de cinco questões por si consideradas fundamentais:

- A situação da Europa e do mundo nos dez anos imediatamente posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial, com particular atenção para os níveis de mobilização de recursos e para os níveis de destruição alcançados durante o conflito; para as transformações ocorridas em termos de equilíbrios geo-estratégicos e da posição relativa das diversas potências e dos dois sistemas sócio-económicos existentes.

- As características e a evolução do Plano Marshall no contexto do debate político-ideológico interno do EUA, no âmbito da rivalidade/interdependência entre as diversas economias capitalistas ("metropolitanas", "coloniais" e "neo-coloniais") e, sobretudo, no contexto da "Guerra Fria" (do confronto e/ou do esforço de contenção mútua entre o "mundo capitalista" e o "mundo socialista", liderados, respectivamente, pelos EUA e pela URSS).

- A natureza do Estado Novo português e as opções de alguns dos seus principais dirigentes relativamente ao Plano Marshall - à situação da Europa e do mundo, de Portugal e dos respectivos territórios coloniais após o fim da Segunda Grande Guerra, a derrota das principais potências fascistas e a ascensão dos EUA como potência liderante da economia-mundo capitalista.

- As principais etapas e os trâmites do contraditório processo negocial desenvolvido pelo Governo chefiado por Oliveira Salazar junto da administração norte-americana, dos governos dos países europeus abrangidos pelo Plano Marshall, do governo espanhol - das reacções positivas ao discurso de George Marshall ao regresso à situação inicial de país participante mas não beneficiário, passando pela posição de país participante nos organismos de cooperação entretanto criados (nomeadamente, a Conferência de Paris e a Organização Europeia de Cooperação Económica) mas não beneficiário da ajuda financeira norte-americana, pelas tentativas para conseguir apoio financeiro fora do quadro do Economic Recovery Program, pela "corrida" à ajuda financeira Marshall.

- As diversas propostas e modalidades de "cooperação e integração europeia" surgidas entre o início do século XIX e a década de cinquenta do século XX, as relações existentes entre essas iniciativas e a evolução da teoria e das políticas económicas no seio da economia-mundo capitalista (do "capitalismo de livre concorrência" ao "capitalismo monopolista de estado"), a atitude do regime fascista português perante uma tal evolução.

Nas palavras de Fernanda Rol lo, constitui *"objecto deste trabalho o estudo do processo negocial que conduziu ao envolvimento de Portugal na ambiciosa proposta americana, fundamentalmente destinada à reconstrução europeia do segundo pós-Guerra, contida no discurso do Secretário de Estado dos EUA, George Marshall, proferido na Universidade de Harvard em 5 de Junho de 1947.*

Complementarmente, procura-se também mostrar como aquele processo negocial permitiu deslocar Portugal para a área das

grandes discussões internacionais do pós-Guerra e como o nosso País, apesar da posição de neutralidade que adoptou, se integrou nos movimentos de cooperação protagonizados pelos países da Europa Ocidental, conseguindo um estatuto até certo ponto privilegiado no concerto dos países aliados vencedores da Guerra ". (p. 15)

A Parte I de *Portugal e o Plano Marshall* ("A caminho do Plano Marshall") integra quatro capítulos. Em "A Europa após a II Guerra Mundial", caracteriza-se a situação do continente em 1945, assim como o fracasso das primeiras tentativas de reconstrução não coordenada (e/ou não tutelada) das estruturas político- institucionais, económico-sociais e ideológico-culturais nacionais e internacionais.

Os capítulos 2 e 3 ("A reconstrução pela cooperação" e "A iniciativa americana na reconstrução da Europa", respectivamente) abordam o processo de planeamento e concretização dos mecanismos de "auxílio e integração" que contribuíram de forma decisiva para o "ressurgimento" da Europa e para a restabilização (em novos moldes) da economia-mundo capitalista. Procurava-se assim (nos EUA e na Europa Ocidental) evitar a repetição de muitas das "opções negativas" assumidas no período que se seguiu ao fim da Primeira Guerra Mundial.

Em "A resposta da Europa ao projecto americano e à proposta de George Marshall", analisa-se a conclusão dos esforços de planeamento de um programa global e conjunto (liderado pelos EUA) de reconstrução da Europa de acordo com as necessidades e regras do capitalismo monopolista de estado; a "ruptura definitiva" do "relacionamento construtivo" desenvolvido, durante a Segunda Guerra Mundial, entre os EU A/Europa ocidental e a URSS/Europa oriental; a transformação do Plano Marshall em 'mero' instrumento da "Guerra Fria".

Sob a designação de "Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda financeira", a Parte II da obra de Fernanda Rollo considera, quer a evolução concreta dos contactos político-

-diplomáticos desenvolvidos pelo Governo do Estado Novo português, quer as motivações "técnicas" (em termos económico-financeiros) e "político-ideológicas" que estiveram na base das decisões (aparentemente contraditórias, mas, na realidade, profundamente "coerentes") tomadas pelos principais dirigentes do regime ditatorial português.

Citando uma vez mais o texto original, a "interpretação da posição assumida por Portugal perante o Plano Marshall deve, natural e globalmente, ser desenvolvida a partir de uma dimensão estruturante fundamental. Ou seja, a estrutura político-ideológica do Governo português que afecta os domínios da política externa e da política económica do País e que representa uma espécie de "trama mental" na qual se inserem em primeiro lugar as questões suscitadas pelo envolvimento português no Plano Marshall. Basicamente, isto corresponde (i) à leitura feita pelas autoridades portuguesas da situação internacional do pós-Guerra, o seu pensamento sobre as possibilidades da cooperação internacional proposta aos europeus e à definição da estratégia do Governo em matéria de política externa tendo em consideração a avaliação da sua posição em termos internacionais e <ii) à avaliação da situação económica e financeira do País e à definição da estratégia económica a prosseguir" (p. 175).

Portugal e o Plano Marshall inclui ainda vários anexos:

- Uma cronologia das propostas e iniciativas (apresentadas ou concretizadas entre 1923 e 1960) de cooperação e integração europeia ("A "Construção" da Europa. Ideias e projectos de cooperação no espaço europeu").

- Uma cronologia do processo de relacionamento estabelecido entre Portugal e as instâncias de poder responsáveis pela estruturação e implementação do European Recovery Program ("Portugal e o Plano Marshall").

- A tradução do discurso pronunciado pelo General George C. Marshall, Secretário de Estado dos EUA, na Universidade de

Harvard (dia 5 de Junho de 1947), ponto de partida oficial para a concretização do "ambicioso programa de auxílio norte-americano à reconstrução da Europa", habitualmente designado por Plano Marshall.

- A substancial lista da documentação utilizada (de arquivos oficiais, nacionais e estrangeiros; colectâneas de documentação; órgãos de soberania e departamentos governamentais portugueses; associações profissionais portuguesas; organizações internacionais; jornais e revistas; fontes orais e audiovisuais) e da bibliografia consultada (sobre Europa e economia europeia, relações internacionais e cooperação económica internacional, Plano Marshall, Portugal do pós-Segunda Grande Guerra, economia portuguesa, política externa portuguesa, Portugal e a cooperação económica internacional, Plano Marshall em Portugal).

No que diz respeito às características mais positivas da obra de Fernanda Rollo, salientamos a pouco habitual (sobretudo em obras de história) capacidade de análise de documentação tecnicamente complexa relativa às questões económico-financeiras; a consulta de fundos documentais existentes em arquivos de outros países e a ampla utilização de produção hitorigráfica (e outra) estrangeira - tornada possível, no essencial, pela atribuição de uma bolsa de investigação da JNICT; o recurso a fontes orais como forma de superar, entre outras limitações, os obstáculos criados à consulta de fundos arquivísticos particularmente relevantes (como, por exemplo, o "Arquivo Salazar") pela legislação e/ou por responsáveis de instituições portuguesas.

Relativamente aos aspectos menos positivos, alrevert-nos-famos a referir a existência de contradições entre raciocínios apresentados em diversas etapas do texto (vários fenómenos são explicados de forma diferente de capítulo para capítulo); alguns dos conceitos-chave utilizados não são, nem suficientemente explicitados, nem acompanhados por referências bibliográficas esclarecedoras ("fascismo", "totalitarismo", "democracia", "capitalismo liberal").

"Estado Novo", etc.); certas temáticas são insuficientemente desenvolvidas e enquadradas (por exemplo, a caracterização do Plano Marshall propriamente dito; a reconstituição dos pressupostos ideológicos da posição assumida pelo Governo português relativamente à ajuda norte-americana e dos debates existentes, no seio da "situação" e das "oposições" sobre estas mesmas questões); outras são expostas de forma (talvez) demasiado valorativa e (consciente ou inconscientemente) ideológica (por exemplo, a actuação e as motivações da URSS, dos partidos comunistas e do movimento sindical de países da Europa Ocidental ⁽¹⁾; a actuação e as motivações dos EUA e dos outros "países ocidentais" ⁽²⁾; a necessidade e a inevitabilidade das modalidades de "integração europeia" adoptadas).

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES

(1) "Diremos em resumo, que no final da Guerra existiam três fortes razões para as nações europeias encararem seriamente a necessidade de cooperar entre si: [...]

- a segunda era constituída pelos intuítos expansionistas soviéticos que punham em risco o que ainda sobrava do sistema capitalista liberal. O avanço soviético foi, efectivamente, introduzido como um elemento novo a ser ponderado no sentido da procura de uma consciência comunitária europeia - o "leii-motiv" para a cooperação dos europeus: o problema já não residia na ameaça alemã mas sim no "perigo vermelho" que obrigava cada país a defender-se internamente do comunismo e, externamente, da pressão soviética" (p. 74).

(2) "O Embaixador [dos EUA em Portugal] transmite uma imagem quase catastrófica da situação melindrosa em que se encontra Portugal. Refere-se a uma insatisfação generalizada, espalhaada e crescente, resultante da imposição de medidas restritivas, designadamente à importação [...]. Tal como a situação se encontra, contribuir para acentuar as medidas de austeridade oficialmente impostas, como tinha sido sugerido pela ECA. "poderá ameaçar Portugal com um regresso à condições caóticas que prevaleciam entre 1910 e 1926, favorável à exploração comunista, e ser fatal para o desenvolvimento coerente e ordeiro das relações internacionais. Se o Departamento quiser continuar a fomentar as suas relações com Portugal, será bom que consiga manter esta possibilidade em mente e conceder a Salazar a ajuda suficiente" [...].

Esta observação é apenas mais um entre os inúmeros testemunhos produzidos ao longo destes meses de 1949 pelos diplomatas norte-americanos sobre a instabilidade económica e social existente em Portugal e a consequente ameaça que representava para a sobrevivência do Governo português" (p. 274/275).